



GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
(Instituto de Estudos Sociais e Políticos) -
Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) -
Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul) -
Debatedor/a

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos outros. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja a economia ou que caracterize algo prático, teoria ou econômico. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicas voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, a política, as moralidades e assim por diante.

O dinheiro patikula?: reflexões sobre a monetarização entre os Kalapalo do Alto Xingu

Autoria: Marina Pereira Novo

A intenção desse texto é apresentar algumas reflexões sobre o acesso e os efeitos da intensificação da monetarização entre os Kalapalo de Aiha (povo de língua karib, da região do Alto Xingu). Assim como outros povos indígenas do Brasil, eles vêm passando por um processo de transformação rápido e intenso, relacionado ao desejo e ao acesso ao dinheiro e ao mundo das mercadorias. Ainda que esses recursos sejam provenientes de diversas fontes, as políticas de transferência de renda são, atualmente, a principal forma de acesso ao dinheiro das pessoas de Aiha. Os recursos dessas políticas possuem uma peculiaridade, se comprados aos demais tipos de dinheiro acessados pelos Kalapalo, pois compreendem um acesso individual/familiar, ou patikula, como dizem, em contraposição aos recursos coletivos o dinheiro ou as coisas da comunidade, katutolo engü (coisas de todos), ou seja, verbas e produtos industrializados advindos de projetos, visitantes, pesquisadores e por meio das associações indígenas. Com base em dados etnográficos, pretendo discutir como, ao circularem no cotidiano da aldeia, esses recursos (seja o dinheiro ou os objetos com ele adquiridos) contribuem para a criação e manutenção de formas específicas de relações, sejam elas de consanguinidade, afinidade ou amizade. Por um lado, a disponibilidade dos benefícios sociais permite que as pessoas supram seus desejos pelos objetos industrializados, ou pela também desejada escolarização e, ao mesmo tempo, permaneçam morando nas aldeias, sem precisar morar fora da aldeia. Por outro lado, seu acesso (que inclui a necessidade de cadastramento, atualização cadastral e saque dos valores) implica na permanência por tempos cada vez mais prolongados na cidade. Esse trânsito mais frequente, por sua vez, gera efeitos muitas vezes não previstos e nem sempre bem avaliados, ao fazer com que as pessoas se distanciem das tarefas domésticas e também de seus parentes. Adicionalmente, a satisfação dos desejos pelas mercadorias e pelo mundo do branco tem sido acompanhada por um aumento



expressivo do que é desejável, aumentando também a necessidade dos recursos e, conseqüentemente, a frequência com que acabam se deslocando até as cidades. Um ciclo vicioso que parece não mostrar saídas: para a (re)produção do parentesco é cada vez mais necessária a circulação de mercadorias que, para serem adquiridas, exigem a imposição de fraturas (que podem ser muito breves, mas também muito sérias) nas redes de parentesco.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

